



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7947 - Pôster - 3ª Reunião Científica da ANPEd-Norte (2021)

ISSN: 2595-7945

GT02/GT 17 - História da Educação e Filosofia da Educação

A instrução pública paraense no período de 1930 a 1935: como se deu o processo de organização do ensino primário no Pará?

Danielly Cristinne Barbosa de Campos - UFPA - Universidade Federal do Pará

Raimundo Alberto de Figueiredo Damasceno - UFPA - Universidade Federal do Pará

Agência e/ou Instituição Financiadora: Não houve

A instrução pública paraense no período de 1930 a 1935: como se deu o processo de organização do ensino primário no Pará?

Introdução

Este estudo, ainda em andamento, resulta de uma pesquisa histórico-documental cujo objetivo é apresentar elementos iniciais para a discussão do processo de organização da instrução pública paraense no período de 1930 a 1935.

Para discutir a temática, analisamos: a situação política e educacional brasileira no período; além da situação educacional paraense e o processo de expansão de matrículas na instrução pública. Tecemos assim algumas considerações por meio do estudo dos documentos históricos selecionados.

A política educacional brasileira no período de Getúlio Vargas (1930-1935)

No período da segunda República, sobretudo, a partir da década de 1930, o Brasil sofreu inúmeras transformações a partir da ascensão da burguesia industrial, do crescimento da massa proletariada urbana e do declínio da elite agrária rural.

Segundo Ribeiro (2001), nesse período ocorreu um conflito entre dois grupos de classe dominante. A partir desse momento, os setores desligados da exportação ganharam

força e acabaram estabelecendo as condições para organização de um novo modelo econômico-político. A partir daí, embora o choque continuasse existindo, a tendência, predominante foi favorável ao setor urbano-industrial, que fortaleceu a ideologia do nacional-desenvolvimentismo, movimento este que, segundo Bastos (2006), concebia a ideia de expandir no país novas atividades econômicas, principalmente as industriais, associadas à diversificação do mercado interno, com o objetivo de levar o país em direção à modernidade.

A esse respeito, Palma Filho (2005) afirma que um dos motivos dessas transformações ocorridas no Brasil no período de 1930 foi a quebra da bolsa de valores em Nova Iorque, ocorrida em 1929. Isso acabou impossibilitando o governo brasileiro de dar continuidade à política econômica vigente, da época, especialmente em relação à cultura do café. A partir de então, o Brasil vivenciou a “Revolução de 1930”, à frente da qual esteve Getúlio Dorneles Vargas.

Ao chegar no estado do Rio de Janeiro, em outubro de 1930, na condição de líder revolucionário, Getúlio Vargas foi aclamado por uma multidão e teve apoio dos tenentes que, enfim, tinham chegado ao poder (NAPOLITANO, 2018).

A esse respeito, Moraes (1992) afirma que, junto à Revolução de 1930, iniciava-se um processo de constituição de um Estado e, como consequência, “[...] efetivava-se a concentração dos vários níveis da administração pública nas mãos do Executivo federal, bem como o controle sobre as políticas econômica e social” (MORAES, 1992, p. 291).

Logo após assumir o governo provisório, Getúlio Vargas promoveu uma reorganização no congresso nacional, nomeando interventores em todos os estados e proclamando como palavra de ordem a construção de “um novo Estado que não fosse mera expressão do jogo político dominado pelas oligarquias mais poderosas e seus partidos republicanos regionais” (NAPOLITANO, 2018, p. 93).

Neste período, Getúlio Vargas consolidou sua liderança política de maneira hábil e pragmática, desenvolvendo o papel de mediador de interesses em conflito à época. No entanto, por conta da fragilidade econômica e pouco produtiva em que o país se encontrava na década de 1930, Vargas acabou autorizando a compra do estoque de café com recursos públicos, o perdão às dívidas dos produtores de café com o Estado e a queima de milhares de sacas do produto, fato que indignou muitos revolucionários.

Ainda nesse período, foram idealizadas e colocadas em prática várias políticas públicas de caráter nacional, inclusive as voltadas para a educação. De acordo com Moraes (1992), as propostas centrais do programa de reconstrução nacional postulado por Getúlio Vargas, em 3 de novembro de 1930, incluíam medidas adequadas e de utilidades para o momento, a exemplo da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública.

Assim, em novembro de 1930, Vargas assinou o Decreto nº 19.402 e criou o Ministério da Educação e Saúde Pública, cujo titular foi o jurista Francisco Campos, que passou a tomar medidas legais em torno de uma nova organização da educação brasileira que marcaria a história educacional do país por meio de reformas estruturantes e inéditas. Isso se deu no período de 1931 a 1932, por meio da aprovação de vários Decretos, a exemplo do Decreto nº 19.850 de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação (CNE), do Decreto nº 19.851 de 1931, que tratava do Ensino Superior no Brasil, do Decreto nº 19.890 de 1931, sobre a organização do ensino secundário, e do Decreto nº 21.241 de 1932, que consolidou as disposições sobre a organização do ensino secundário, entre outros.

Por meio de uma breve análise desses decretos foi possível percebermos que a reforma proposta por Francisco Campos se restringiu aos níveis de ensino secundário e superior, ou

seja, o ensino primário ou elementar não foi contemplado pela reforma, na medida em que continuava sob a responsabilidade dos estados.

De acordo com Ribeiro (2001), a reforma educacional proposta por Francisco Campos, sobretudo no que se refere ao ensino secundário, propunha uma nova organização com o objetivo de “transformá-lo em curso eminentemente educativo” (RIBEIRO, 2001, p. 107), passando a compreender dois cursos seriados: o fundamental, com 5 anos de duração, e o complementar, com 2 anos de duração, tendo este último caráter obrigatório para os candidatos à matrícula em instituições de educação superior. A esse respeito, Dallabrida (2009) destaca que se tratava de um longo ciclo de escolarização entre a escola primária e o ensino superior, que era, grosso modo, dirigido às elites e parte das classes médias, marcando a história do ensino secundário no Brasil na medida em que rompeu as estruturas deste nível de ensino, mantidas há alguns séculos, bem como promoveu sua modernização.

No entanto, mesmo diante de todas essas mudanças, um grupo de educadores lançou em março de 1932, o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, que expressava preocupação com a política nacional de educação no sentido de pensar o processo de reconstrução da educação brasileira, com ênfase na definição dos princípios que deveriam nortear a organização do ensino no Brasil, destacando os princípios da função essencialmente pública da educação, da escola única, da laicidade, da gratuidade, da obrigatoriedade e da coeducação (SAVIANI, 2014)

Saviani (2014) ressalta que, entre outros aspectos e fatos ocorridos à época, houve um significativo aumento dos investimentos federais na área da educação e, segundo Ribeiro (2001), este aumento de investimento proporcionou a ampliação da organização das escolas, sobretudo no que se refere ao aumento das unidades escolares, do número de matrículas e de professores, entre outros fatores. Porém, isso não foi suficiente para transformar o ensino da época.

Em meio a essas mudanças, Araújo (2007) afirma que, para promover o programa de reconstrução nacional do governo de Vargas, os Ministros de Educação e Saúde Pública Francisco Campos (1930-1932), Belisário Penna (1932-1933), Washington Pires (1934) e Gustavo Capanema (1934-1945) estabeleceram políticas que subordinaram os sistemas estaduais de educação e saúde, ou seja, obrigavam a educação nos estados a se comportar como ramificações da educação nacional, em seu amplo sentido.

Cabe então ressaltar que, em meio a essa relação de poder e interesses, Getúlio Vargas nomeou como interventor federal no Pará o Tenente Joaquim de Magalhães Cardoso Barata.

A educação paraense e os caminhos percorridos no período da intervenção de Magalhães Barata

Assim como Getúlio Vargas, Magalhães Barata promoveu, ao longo de seu período como interventor, uma grande reforma educacional que ocasionou mudanças em relação à oferta do ensino. Segundo a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, de 1938, a instrução pública paraense teve máxima atenção por parte de Magalhães Barata, que promoveu, no ano de 1931, uma reforma da instrução primária do Estado e, posteriormente, ampliou-a por meio de uma Portaria assinada em 14 de fevereiro de 1933, a qual previa a organização dos programas de ensino primário.

Entre os atos administrativos direcionados para a educação pública, destacamos o Decreto nº 15/1930, que criou quatro secretarias de Estado: Interior, Justiça e Instrução

Pública; Fazenda; Obras públicas, Terras e Viação; Agricultura e Pecuária. Houve também o Decreto nº 31/1930, que criou a Secretaria de Educação e Saúde Pública, o Decreto nº 140/1931, que criou um curso primário modelo, anexo ao Ginásio Paraense Paes de Carvalho, e determinou a aplicação da receita proveniente da nova tabela de emolumentos na despesa com a ampliação do ensino, assim como o Decreto nº 1.650/1935, que aprovou a reforma do regulamento do Ensino Primário do Estado, entre outros.

Por meio de dados divulgados no jornal *O Estado do Pará*, de 1934, foi possível observar o aumento significativo das iniciativas governamentais em relação à escolarização, sobretudo no que se refere ao aumento do número de matrículas nos estabelecimentos públicos entre os anos de 1930 e 1933. Se no ano de 1930 o número de matrículas totalizava 20.543, em 1931, atingiu 41.109; em 1932, passou para 45.029 e, em 1933, o número informado foi de 48.580 matrículas. Por meio desses dados, é possível inferir que esse crescimento se deveu a um esforço empreendido por parte do estado do Pará.

Algumas Considerações

Como vimos, durante o período da primeira interventoria de Magalhães Barata, houve mudanças significativas no contexto da educação paraense, especialmente em relação à organização do ensino primário.

Vimos também que a política educacional desencadeada por Magalhães Barata, a partir da Revolução de 1930, representou um marco histórico importante, caracterizado pela expressiva expansão da oferta de vagas na educação pública durante a primeira metade da década de 1930, mesmo sendo claro que esta expansão não implicou a melhoria da qualidade do ensino oferecido.

Palavras-chave: Instrução pública; Governo Magalhães Barata; Expansão de matrículas no Pará.

Referências

ARAÚJO, M. M. Plasticidade do plano de reconstrução educacional de Anísio Teixeira (1952-1964). Revista Educativa, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 9-27, jan./jun. 2007.

BASTOS, P. P. Z. A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e mercado nos setores de base. Economia, Brasília, v. 7, n. 4, p. 239-275, dez. 2006.

DALLABRIDA, N. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. Revista Educação, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009.

MORAES, M. C. M. Educação e Política nos Anos 30: a Presença de Francisco Campos. Revista Brasileira Est. Pedag., Brasília, v. 73, n. 17-4, p. 291-321, maio/ago. 1992.

NAPOLITANO, M. História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2018.

PALMA FILHO, J. C. A Educação Brasileira no Período de 1930 a 1960: a Era Vargas. In: PALMA FILHO, J. C. (Org.). Pedagogia Cidadã: Cadernos de Formação. História da Educação. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP, 2005. p. 61-74.

RIBEIRO, M. L. S. História da Educação Brasileira: a organização escolar. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SAVIANI, D. O Manifesto dos pioneiros da educação nova de 1932 e a questão do Sistema Nacional de Educação. In: CUNHA, C. et al. (Org.). O Sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos após o Manifesto. Brasília: MEC/SASE, 2014. p. 15-29.